

CAUSALIDADE E DETERMINAÇÃO NO PROBLEMA DO COMPATIBILISMO

CAUSALITY AND DETERMINATION ON PROBLEM OF COMPATIBILISM

Patricia Fachin¹

RESUMO: O conceito de determinação tem sido central na abordagem do problema filosófico do compatibilismo, que trata da possível compatibilidade ou não entre livre-arbítrio e determinismo. Entretanto, desde que David Hume propôs a reconciliação entre necessidade e liberdade, estipulando as bases da posição compatibilista entre livre-arbítrio e determinismo, alguns filósofos estabeleceram uma correlação necessária entre causalidade e determinação, compreendendo determinação como causalidade. O objetivo deste artigo é demonstrar como essa associação tem sido feita no interior do problema do compatibilismo e contra-argumentar que causalidade não implica determinação e, portanto, do fato de um evento ter sido causado, não se segue que seja determinado. A fim de esclarecer o significado dos conceitos causalidade e determinação, este artigo tem como objetivo analisar a definição de determinação à luz das distinções propostas pela filósofa Elizabeth Anscombe, entre causalidade e necessidade. Assim, na primeira parte deste artigo apresentarei brevemente as origens do problema do compatibilismo; na segunda apontarei alguns exemplos de como, no tratamento dessa querela, alguns filósofos têm estabelecido equivocadamente uma conexão necessária entre causalidade e determinação; e, por fim, vou expor as distinções entre causalidade e necessidade a fim de demonstrar que essa correlação não é necessária.

Palavras-chave: Compatibilismo. Incompatibilismo. Causalidade. Necessidade. Anscombe.

ABSTRACT: The concept of determination has been central in addressing the philosophical problem of compatibilism, which deals with the possible compatibility between free will and determinism. However, since David Hume proposed the reconciliation between necessity and freedom, stipulating the basis of the compatibilist position between free will and determinism, some philosophers have established a necessary correlation between causality and determination, including determination as causality. The aim of this article is to demonstrate how this association has been made within the problem of compatibilism and to counterargument that causality does not imply determination and therefore, of the fact that an event has been caused does not follow that it is determined. In order to clarify the meaning of the concepts of causality and determination, the following article aims to analyze the definition of determination in the light of the philosophical reflections of the philosopher Elizabeth Anscombe, especially from the distinctions proposed by the British philosopher between causality and necessity. So, in the first part of this paper I will briefly present the origins of the problem of compatibilism; in the second, I will point out some examples of how, in the treatment of this quarrel, some philosophers have mistakenly established a necessary connection between causality and determination; and, finally, I shall expose the distinctions between causality and necessity in order to demonstrate that this correlation is not necessary.

Keywords: Compatibilism. Incompatibilism. Causality. Necessity. Anscombe.

1. Introdução

A maneira como alguns filósofos entendem as noções de causalidade e determinação têm sido decisiva para favorecer a defesa da posição compatibilista no tratamento do problema do compatibilismo² entre livre-arbítrio e determinismo. O uso indeterminado que

¹ Mestranda no curso de Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos Unisinos. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8160030E8>, E-mail: prfachin@unisinos.br.

² O termo compatibilismo é utilizado para fazer referência a dois problemas distintos, a saber, a) ao problema da compatibilidade ou não entre livre-arbítrio e determinismo; e b) ao problema da compatibilidade ou não entre

compatibilistas, e inclusive alguns incompatibilistas, fazem entre causalidade e determinismo tem origem no tratamento humiano da querela da necessidade e da liberdade, e mais precisamente na interpretação de Hume acerca da causalidade; esta possibilitou a reconciliação entre estes dois estados de coisas, liberdade e necessidade. Entretanto, neste artigo irei a) argumentar que a associação entre causalidade e determinação é equivocada, porque do fato de um evento ser causado, não implica que seja determinado, e b) apontar alguns exemplos de como no interior dessa querela, os termos causalidade e determinação têm sido compreendidos segundo uma conexão necessária.

Assim, este artigo divide-se em três partes. Inicialmente, farei uma breve apresentação da origem do problema do compatibilismo e da posição humiana que possibilitou a reconciliação entre liberdade e necessidade, a fim de demonstrar como a noção de causalidade de Hume gerou uma confusão no entendimento da noção de determinismo. Na segunda seção mostrarei exemplos de como, no tratamento do problema do compatibilismo, alguns filósofos têm entendido equivocadamente causalidade e determinação; e, por fim, vou expor as distinções feitas por Anscombe entre causalidade e necessidade, para explicitar que causalidade não implica determinação.

2. O problema do compatibilismo

O problema do compatibilismo consiste em examinar se o livre-arbítrio é compatível com o determinismo, ou seja, é o problema de se é possível a compatibilização entre dois estados de coisas que parecem incompatíveis, a saber, que as ações dos agentes sejam ao mesmo tempo livres e determinadas. Modernamente esse debate tem origem na disputa entre Thomas Hobbes e o teólogo anglicano e arcebispo de Armagh, na Irlanda do Norte, John Bramhall, que disputaram a querela da liberdade e da necessidade (determinação).

Hobbes e Bramhall divergiram sobre a possibilidade de compatibilizar as ações livres com a necessidade. O filósofo inglês definia necessário como aquilo que era impossível de ser de outro modo (CHAPPELL, 1999, p. 16) e pensava que tudo que acontecia, inclusive as ações

responsabilidade moral e determinismo. Entretanto, atualmente o termo tem sido usado quase que exclusivamente para se referir ao segundo problema e, nesse sentido, alguns filósofos que tratam dessa temática têm relegado o primeiro problema ao segundo plano, como se ele fosse menos importante, e tomando como ponto pacífico a possibilidade de o determinismo ser verdadeiro. De todo modo, toda vez que eu utilizar o termo compatibilismo neste artigo, estou me referindo ao primeiro problema.

humanas, era efeito de causas necessárias antecedentes que poderiam ser compatibilizadas com a liberdade, uma vez que essa dependia exclusivamente do ‘querer’ do agente. É exatamente assim que Hobbes compatibiliza liberdade e necessidade em o *Leviatã*, ao afirmar que as ações dos homens derivam de sua vontade e de seu ‘querer fazer’ e, ao mesmo tempo, esses atos da vontade e do desejo derivam de alguma causa, e essa de outra, numa cadeia contínua, ou seja, todas as causas derivariam da necessidade. E o mesmo ocorre entre entidades não racionais, a exemplo da água que tem não só a liberdade de descer pelo canal, como também a necessidade de descer pelo canal (HOBBS, 1983, p. 130).

Bramhall, ao contrário, argumentava que as ações humanas, diferente dos fenômenos físicos, não eram efeito de causas necessárias antecedentes. Sua argumentação se apoiava em duas intuições. A primeira delas era acerca da relação lógica entre necessidade e liberdade, de modo que o sentido de ser livre apontava para as ações humanas enquanto o de ser necessário para os efeitos físicos. A segunda intuição era a de que dada a incompatibilidade entre liberdade e necessidade, seria melhor optar pela liberdade porque ela era uma condição prévia para a justiça e a moralidade (CHAPPELL, 1996, p. 17).

Embora Hobbes tenha sido um dos expoentes da defesa do compatibilismo entre livre-arbítrio e determinismo na modernidade, Hume é reconhecidamente o pensador mais influente da tradição compatibilista (RUSSERL, 2016 s/p). Diferente de Hobbes, o núcleo da posição humiana não reside numa compreensão de liberdade, mas sim, num novo entendimento do que significa causalidade e, em consequência, necessidade. Causalidade, para Hume, embora não seja um fenômeno observável, mas antes uma associação psicológica, envolve três tipos de relações entre fenômenos: contiguidade, ou seja, causas e efeitos são contíguos no espaço e no tempo; anterioridade, isto é, uma causa deve preceder temporalmente seu efeito; e necessidade, portanto, se A causa B, existe uma conexão necessária entre A e B por associação psicológica (GARRETT, 2008, p. 68-71).

Na interpretação de Hume, todos os fenômenos estão numa relação de conjunção uniforme e regular e dessa conjunção nasce a necessidade por associação psicológica. No *Tratado da Natureza Humana*, Hume exemplifica que a regularidade implica necessidade ao afirmar que árvores diferentes produzem regularmente frutos de sabores diferentes e deve-se aceitar essa regularidade como exemplo de necessidade e de causas nos corpos exteriores (HUME, 2001, p. 467). Essa regularidade necessária também se aplica à liberdade, que tem a mesma natureza dos fenômenos naturais³. Nas palavras de Hume:

³Em *Hume’s Reconciling Project*, Harris (2005, p. 69, n. 14) afirma que Hume explica o funcionamento das ações humanas do mesmo modo que explica o funcionamento da matéria, sem oferecer um argumento. Se alguém

E, de fato, quando considerarmos quão adequadamente se ligam as evidências natural e moral, formando uma única cadeia de argumentos, não hesitaremos em admitir que elas são da mesma natureza e derivam dos mesmos princípios. Um prisioneiro que não tem dinheiro nem rendimentos descobre a impossibilidade de sua fuga tanto ao considerar a obstinação do carcereiro quanto ao observar as paredes e grades que o cercam, e, em todas as tentativas de ganhar a liberdade, escolhe preferencialmente laborar sobre a pedra e o ferro destas últimas do que sobre a natureza inflexível do primeiro. O mesmo prisioneiro, quando levado ao cadafalso, prevê com tanta certeza sua morte tanto a partir da constância e fidelidade de seus guardas quanto da operação do machado ou da roda. Sua mente percorre uma certa sequência de ideias: a recusa dos soldados em consentir na sua fuga, a ação do carrasco, a cabeça separando-se do corpo, a hemorragia, os movimentos convulsivos e a morte. Eis aqui um encadeamento de causas naturais e ações voluntárias, mas a mente não sente nenhuma diferença entre elas ao passar de um elo para outro. [...] A experiência da mesma conjunção tem um mesmo efeito sobre a mente, quer os objetos conjugados sejam motivos, volições e ações, ou forma e movimento. Podemos mudar os nomes das coisas, mas sua natureza e suas operações sobre o entendimento não mudam jamais (HUME, 2001, p. 131).

Como se depreende da citação acima, para Hume a controvérsia entre necessidade e liberdade gira apenas em torno de palavras, já que mentalmente é possível perceber, por associação, a regularidade necessária que atua tanto nos fenômenos físicos e naturais, quanto nas ações humanas. É esse entendimento que leva o filósofo a propor uma reconciliação da querela da necessidade e da liberdade, propondo uma conjunção entre fenômenos naturais e volições. No cerne de sua posição compatibilista estão as seguintes três conclusões, conforme resumidas por Russell (2016):

- 1) Ações morais e não morais são distintas pelo tipo de causa: a) ações livres e moralmente responsáveis são causadas pela nossa própria vontade; b) as ações não livres são causadas por causas externas ao agente;
- 2) Se a noção de liberdade nega a necessidade e as causas, ela não tem existência e faria a moralidade impossível;
- 3) A necessidade, devidamente compreendida, é a conjunção mental constante, de um objeto para outro.

Resumidamente, Hume consegue reconciliar necessidade com liberdade ao partir do pressuposto de que as ações livres são aquelas causadas pelos desejos e a vontade do agente e, da mesma forma, a atribuição de responsabilidade moral depende de o agente causar as suas próprias ações. Ou seja, na própria definição de liberdade, Hume introduz a noção de necessidade causal, fazendo com que a primeira dependa da segunda. Seguindo esse raciocínio, a liberdade sem necessidade impede a existência de causas, e faz com que a liberdade seja um mero acaso (HUME, 2001, p. 474).

acredita que a matéria funciona segundo causas necessárias, então, por paridade de razões, alguém também deveria acreditar que as ações humanas são necessárias.

Esse debate deu origem a duas escolas filosóficas distintas: de um lado, os incompatibilistas, que defendem a incompatibilidade entre livre-arbítrio e determinismo, conforme argumentado por Bramhall e, de outro, os compatibilistas, para os quais livre-arbítrio e determinismo são possivelmente compatíveis.

Entretanto, emerge da posição compatibilista que segue a tradição de Hume a seguinte questão: a noção de causalidade, tal como formulada por Hume, implica de fato necessidade? Pode-se afirmar que se um evento foi causado, ele foi, conseqüentemente, determinado? Esse questionamento, tanto quanto sua resposta, podem parecer triviais, mas definir determinação num sentido relevante para a discussão entre determinismo e livre-arbítrio, sem confundi-la com causalidade, é fundamental para a afirmação da tese incompatibilista e para a revisão da resposta compatibilista. Então, para responder a essas questões, passemos às distinções propostas por Anscombe.

1. O problema do compatibilismo, a causalidade e a necessidade

Nesta seção proponho chamar atenção para a confusão existente na querela do compatibilismo sobre o uso equivalente dos termos causação e determinismo, ao se estabelecer uma conexão necessária entre causalidade e necessidade.

Embora existam diferentes modos de se definir causação, a seguinte definição expõe a tese central: “Alguns pensam que a base da causação é a regularidade: que uma coisa ou evento é constantemente associado com outro” (MUMFORD, 2013, p. 01). Da mesma forma, a definição de determinismo tal como apresentada por McKenna, também é admitida:

[...] todo evento (exceto o primeiro, se há um) é causalmente necessitado por eventos antecedentes. Neste ensaio nós devemos definir determinismo como a tese metafísica cujo fatos do passado, em conjunção com as leis da natureza, acarretam toda a verdade sobre o futuro. De acordo com essa caracterização, se o determinismo é verdadeiro, então, dado o passado atual, e mantidas as leis da natureza, apenas um futuro é possível em qualquer momento do tempo (MCKENNA, 2017, s/p).

Como se pode notar pelas definições acima, causalidade sugere uma regularidade de eventos, enquanto determinação pressupõe que dadas certas circunstâncias, apenas um futuro é possível. Apesar da diferença de significado entre ambas, no interior do debate do compatibilismo alguns filósofos tomam uma relação causal como sendo sinônimo de determinismo (necessidade). Vejamos um caso em que essa associação ocorre:

Observe que uma implicação do determinismo como se aplica à conduta de uma pessoa é que, se o determinismo é verdadeiro, existem condições (causais) para as ações daquela pessoa, localizadas no passado remoto, anteriores ao seu nascimento, que são suficientes para cada uma das suas ações (MCKENNA, s/p).

Na passagem citada acima, McKenna associa condições causais a determinismo ao afirmar que se o determinismo é verdadeiro, uma série de ações causais são suficientes para explicar as ações de uma pessoa. Como pode-se observar no trecho abaixo, as premissas (4) e (5) demonstram essa associação no tratamento do problema do compatibilismo:

1. Alguns agentes, em algum tempo, poderiam ter agido de outro modo do que agiram.
2. Ações são eventos.
3. Todo evento tem uma causa.
4. Se um evento é causado, então é causalmente determinado.
5. Se um evento é um ato que é causalmente determinado, então o agente de um ato não poderia ter agido de outro modo do que agiu.

Enquanto a premissa (4) deriva determinação de causalidade, assumindo causalidade como determinação ao afirmar que se um evento é causado isso implica em que tenha sido determinado, a premissa (5) afirma que a consequência de um ato ter sido determinado é que o agente não possa agir de outro modo. McKenna justifica essa associação afirmando que o conteúdo da premissa (4) tem sido uma suposição operacional das ciências naturais e o conteúdo da premissa (5) deriva do conhecimento do senso comum de que se um evento foi determinado, não poderia não ter ocorrido.

Da mesma forma, Strawson, em seu livro *Freedom and Belief* (1986), trabalha com essa definição de determinismo: “[...] a tese que todo evento tem uma causa – que todo evento ou estado do mundo é trazido por alguma outra coisa, que é sua causa” (STRAWSON, 1986, p. 03). Strawson justifica que essa definição do conceito é suficiente para sua proposta, embora reconheça, numa nota de rodapé, que a definição utilizada é bastante ‘geral’, dado que, como afirma,

[...] o determinismo é frequentemente interpretado mais restritivamente para significar ‘determinismo físico’, que pode ser expresso como a tese que todo evento físico tem uma causa; ou, mais restritivamente ainda, como a tese de que todo evento físico tem uma causa física. A última formulação é implícita pela conjunção do determinismo com o materialismo. (...) Mesmo a seguinte forma enfraquecida do determinismo faria: todos os eventos são causados, exceto um – o então chamado ‘Big Bang’ (STRAWSON, 1986, p. 03).

Na sequência de sua exposição sobre o determinismo, Strawson menciona uma segunda definição, a qual denomina de ‘definição forte’ do conceito, que é descrita como se segue:

[...] se o determinismo é verdadeiro, então todo o futuro (ou passado) do mundo é, em princípio, previsível (ou retrodizível): basta ter uma descrição completa do mundo a qualquer momento e conhecimento completo das leis da natureza (STRAWSON, 1986, p. 03).

Strawson é um incompatibilista determinista que associa determinismo à causalidade. Nas duas primeiras definições, essa associação é mais evidente, quando afirma que determinismo pode ser expresso como a tese de que todo evento físico tem uma causa. Já na terceira, apresenta uma definição mais estreita do que determinismo significa, ao associar a verdade do determinismo a um único futuro possível.

Clarke, um incompatibilista libertista, faz a mesma associação:

Uma vez que o incompatibilismo reflete tipicamente uma preocupação sobre se ou como ações são causadas, devo tomar determinismo por ser especificamente uma tese causal. Em uma compreensão generalizada, determinismo é a tese que nosso mundo é tal que em qualquer mundo possível que tenha exatamente as mesmas leis da natureza e que seja exatamente como nosso mundo em qualquer ponto do tempo, seja exatamente igual a ele em todos os momentos. Tomarei o determinismo para unir essa afirmação com a tese que para todo evento E (exceto aqueles iniciados no primeiro momento, se há um primeiro momento) em todo tempo t anterior à ocorrência de E há algum evento (ou alguma pluralidade de eventos) que ocorrem em t que deterministicamente causa E. Um evento é levado à causa determinística de outro apenas no caso em que todos os mundos possíveis em que as leis da natureza se obtêm e nas quais o primeiro evento ocorre, faz com que as segundas ações sejam causadas. Eu tomarei determinismo como especificamente uma tese de determinismo causal (CLARKE, 2003, p. 3-4).

Clarke afirma que uma tese causal explica o que se entende por determinismo, ou seja, basta que haja uma sequência causal de efeitos que eles serão determinados. Essa posição fica mais explícita quando ele associa o determinismo ao fato de um evento E ser causado. A causa de E está, portanto, sempre associada a um evento que, deterministicamente, o causa.

Apesar de determinismo e causalidade serem utilizados como termos intercambiáveis, e de ser recorrente a afirmação de que determinismo causal significa determinismo, parece haver uma diferença entre essas duas noções. Em *An Essay on Free Will* (2002), Inwagen insiste que a tese determinista não pode ser confundida com o Princípio Universal de Causação, segundo o qual todo evento tem uma causa⁴:

Determinismo nesse sentido deve ser cuidadosamente distinguido do que podemos chamar de Princípio Universal de Causação, isto é, da tese de que todo evento (ou fato, mudança, ou estado de coisas) tem uma causa. Está longe de ser óbvio quais são

⁴Sobre o Princípio Universal de Causação, Inwagen afirma: “[...] eu não concluí que o livre-arbítrio é incompatível com a tese de que todo evento tem uma causa, mas com o determinismo. E a negação dessa tese não veicula que existem eventos sem causa” (INWAGEN, 2002, p. 196).

as relações lógicas entre essas duas. Eu duvido, por exemplo, que o Princípio Universal de Causação acarrete determinismo (INWAGEN, 2016, p. 3-4).

Como Inwagen afirma nesse trecho, não é óbvia qual é a relação lógica que existe entre o Princípio Universal de Causação e o determinismo, que nos permita inferir que do fato de todo evento ter uma causa, se segue que há uma relação de determinação (necessidade) entre a causa e o efeito. Enquanto o determinismo implica em que, dado o passado e as leis da natureza, necessariamente um único futuro é possível, o mesmo não ocorre com o Princípio Universal de Causação, pois um evento anterior não acarreta necessariamente, mas apenas meramente, a produção de um efeito.

Como explica Blanshard em *O acaso a favor do determinismo*⁵, a principal diferença entre deterministas e indeterministas – o mesmo poderia ser dito entre o determinismo e o Princípio Universal da Causação – reside na relação entre o antecedente e o conseqüente. Alguém que interpreta o Princípio Universal da Causação no sentido humeano e assume que uma relação causal envolve necessidade, afirma conseqüentemente que todo acontecimento A está ligado a um acontecimento B subsequente e, portanto, se A ocorreu, B também deve ocorrer. Isto significa que o conseqüente tem um antecedente necessário e, da mesma forma, o antecedente tem um conseqüente necessário. O indeterminista – e o mesmo se aplica ao Princípio Universal de Causação – não nega a primeira relação, a saber, que o conseqüente tem um antecedente necessário, mas nega que os antecedentes tenham conseqüentes necessários. Dito de outro modo, um indeterminista concede que o antecedente é necessário para que o conseqüente ocorra, mas nega que um antecedente gere sempre um conseqüente necessário.

Na próxima seção, apresentarei alguns argumentos da filósofa britânica Elizabeth Anscombe, a fim de demonstrar que o Princípio Universal de Causação não acarreta determinação e que não existe uma conexão necessária entre ambos.

3. Causalidade não implica determinação

Como assinala Mele em *Causation, Action and Free Will* (2009), o conceito de causalidade ocupa um lugar central nas discussões sobre agência:

Muitas questões no coração da filosofia da ação e no trabalho filosófico sobre o livre-arbítrio são parcialmente enquadradas em termos de causação. A abordagem principal para entender tanto a natureza da ação quanto a explicação ou produção de ações

⁵In: HOOK, *Determinismo e Liberdade: Na Era da Ciência Moderna*. Trad. Amália Machado Costa e Edilson Cunha, p. 20.

ênfatisa a causalidade. O que pode ser denominado de causalidade padrão é a conjunção das duas seguintes teses: (1) um evento sendo uma ação, depende de como foi causado; (2) explicações adequadas da ação são explicações causais. Questões importantes debatidas na literatura sobre o livre-arbítrio incluem: uma ação deterministicamente causada é incompatível com ser livremente performada? A causalidade indeterminista de uma ação impede que ela seja livremente executada? A ação livre requer causalidade do agente? (MELE, 2009, p. 486).

Como expresso na citação acima, o que tem sido chamado de ‘padrão da causalidade’ no debate geral do compatibilismo é a conjunção das duas seguintes teses: a) um evento que é uma ação depende de como ele foi causado; e b) explicações corretas das ações são explicações causais. O problema central deste artigo é justamente aquele que está implícito na primeira dessas teses e nas perguntas a serem respondidas pelo problema do compatibilismo, a saber, o que se entende por causalidade e se uma ação deterministicamente causada é incompatível com o livre-arbítrio. Minha hipótese é a de que alguns filósofos que tratam dessa temática associam causalidade à determinação (necessidade) equivocadamente. Na primeira tese exposta por Mele, não é claro em que sentido o termo ‘depende’ é empregado: numa cadeia causal de ações, ‘depende’ indica uma relação de necessidade ou de simples causalidade?

Em seu artigo *Causality and Determination* (1971), Anscombe, por exemplo, diferencia causalidade de determinação e se opõe à tese de que há uma conexão necessária entre causalidade e determinação. A distinção entre esses dois estados é sugerida porque é plausível aceitar que um evento seja causado por outro, sem que isso implique determinação. Conforme Anscombe expõe,

[...] Pode-se admitir que existem causas necessárias, mas se recusarão a identificar causalidade como tal com necessidade. Pode-se admitir que existem situações em que, dado as condições iniciais e nenhuma interferência, apenas um resultado estará de acordo com as leis da natureza; mas não verá razões gerais, antes da descoberta, para supor que qualquer dado curso de coisas tem sido determinado. Por isso, pode-se admitir que, em muitos casos, diferentes tópicos podem nos convencer, com razão, de uma diferença relevante de circunstâncias; mas não se vê que, em geral, isso *deve* ser assim (ANSCOMBE, 1993 p. 88).

A filósofa britânica argumenta que a) causalidade não é um tipo de conexão necessária, ou seja, há uma distinção entre causalidade e necessidade, uma vez que causalidade não envolve necessidade, e que b) ser causado não implica uma dependência necessária entre um evento e seu antecedente, ou seja, ser causado não significa ser determinado. O argumento central é expresso assim:

Ora, não é difícil demonstrar que é errado *prima facie* associar a noção de causa à necessidade ou à universalidade dessa maneira. Pois, sendo muito mais fácil retrair

os efeitos de volta para suas causas do que predizer efeitos das causas, nós frequentemente conhecemos uma causa sem saber se há uma generalização sem exceção do tipo visado, ou se há necessidade (ANSCOMBE, 1993, p. 91).

Isso significa que se causalidade e necessidade fossem entendidas como se toda relação de causa e efeito fosse necessária, todo evento causado poderia dar origem a uma generalização sem exceção, como é possível, por exemplo, em relação às leis da natureza: “Todo corpo abandonado ao seu próprio peso, cai”. Ou seja, independentemente da causa que operar em um determinado corpo para que ele caia, se for abandonado ao seu próprio peso, cairá. Isso significa que o modo de funcionamento da causalidade é diferente do da necessidade porque, embora seja possível prever sem exceção que todo corpo ao ser abandonado sobre seu próprio corpo cairá, não é possível saber qual das diferentes causas possíveis operará num certo corpo para que ele caia numa dada circunstância.

Os núcleos centrais do que envolve necessidade e causalidade são distintos. O cerne da necessidade é que ela nos permite fazer generalizações sem exceções, as quais inclusive podem ser previstas a priori. O que explica a causalidade, de outro lado, é justamente que os efeitos derivam ou surgem das suas causas, mas o surgimento dos efeitos não implica necessidade. Causalidade e necessidade são definidas, então, assim:

Há alguma coisa para observar aqui, que está embaixo do nosso nariz. [...] Isto é: causalidade consiste da derivação de um efeito de suas causas. Este é o núcleo, a característica comum, da causalidade em seus vários tipos. Efeitos derivam de, surgem de, vêm de suas causas. Por exemplo, todo mundo vai admitir que a paternidade física é uma relação causal. [...] Ora, análises em termos de necessidade ou universalidade não nos falam dessa derivação do efeito; ao invés, esquece-se disso. Pois a necessidade será aquela das leis da natureza; através dela poderemos obter conhecimento do efeito do conhecimento da causa, ou vice e versa, mas aquilo não nos mostra a causa como fonte do efeito. Causação, então, não é identificada com necessidade (ANSCOMBE, 1993, p. 91-93).

Como conclui-se da citação acima, tomar causalidade como determinação é equivocado porque ao examinar uma cadeia causal de eventos, é possível retrair os efeitos às suas causas, mas não é possível prever se há uma relação de necessidade entre causa e efeito, ou se de certas relações causais há uma generalização sem exceção. Por exemplo, vamos supor que eu derrube o celular no chão e sua tela quebre. A causa de o telefone estar no chão é eu o ter derrubado, e os efeitos dessa causa são o telefone no chão e sua tela quebrada. Como dito na citação acima, numa relação causal é possível reconstruir os efeitos para suas causas, mas não é possível afirmar que essas causas são necessárias ou irão gerar uma generalização sem exceção, ou seja,

não é possível prever ou afirmar que todo telefone que é derrubado, cai no chão e sua tela é quebrada.

Outro aspecto problemático de supor uma conexão necessária entre causalidade e necessidade se deixa ver no seguinte argumento: uma coisa pode não ser dita causada até ter acontecido, mas pode ser dita determinada antes de acontecer.

Parece plausível dizer: cada estágio é determinado e tudo mais é. Mas o que ‘determinado’ significa? A palavra é uma palavra curiosa (com uma história curiosa): neste tipo de contexto é frequentemente usada como se isso significasse ‘causado’. Ou talvez ‘causado’ é usado como se significasse ‘determinado’. Mas existe, de qualquer forma, uma diferença importante – *uma coisa não é causada até que tenha acontecido; mas pode ser determinada antes de acontecer.* [...] Quando nós chamamos um resultado de determinado, nós estamos implicitamente relacionando-o com um intervalo de possibilidades antecedentes e dizendo que todos, exceto um deles, não é permitido. O que os impede não é o resultado em si, mas algo que antecede o resultado. Os antecedentes podem ser lógicos ou temporais ou na ordem do conhecimento. De muitos – antecedentes – possíveis, agora apenas um é – antecedentemente – possível (ANSCOMBE, 1993, p. 96-97).

Um exemplo que ilustra essa situação é o da formação de um zigoto que determina a formação do sexo e a cor dos olhos dos seres humanos, antes mesmo deles nascerem. Dadas as características genéticas dos pais da criança que será gerada, todas as possibilidades antecedentes, com exceção de uma, serão excluídas. Determinação implica, portanto, uma única possibilidade e ser determinada antes de acontecer:

No zigoto, o sexo e a cor dos olhos já estão determinados. Aqui as possibilidades antecedentes são as possibilidades para o sexo e a cor dos olhos de uma criança; ou mais restritamente: para uma criança desses pais. Ora, dada a combinação deste óvulo e deste espermatozoide, todas menos uma das possibilidades antecedentes é excluída. Pode-se dizer que tudo foi determinado depois que aconteceu. Não há, agora, nenhuma possibilidade aberta: aconteceu! (ANSCOMBE, 1993, p. 96-97).

Falar em determinismo, portanto, implica que: “Então ‘cada etapa do caminho da bola é determinado’ deve significar ‘Sobre qualquer impacto, há apenas um caminho possível para a bola até o próximo impacto (e assumindo que não há correntes de ar, etc)’” (ANSCOMBE, 1993, p. 97).

A argumentação de Anscombe mostra que a dissociação entre causalidade e necessidade repousa sobre dois pontos:

- a) Nem todo evento causado permite uma generalização sem exceção;
- b) Causas só podem ser identificadas como tais *a posteriori*, mas determinações podem ser identificadas *a priori*.

Como Anscombe afirma, a determinação é garantida pelas leis da natureza e por meio delas podemos obter conhecimento do efeito de uma causa. Por exemplo, a proposição ‘A nave espacial não viaja mais rápido do que a velocidade da luz’, é um efeito de uma causa, a saber, que é uma lei da natureza que nada viaja mais rápido do que a luz, logo, tal lei é imutável, necessária e objetiva. O Princípio Universal de Causação, em contrapartida, só nos informa sobre as causas e seus efeitos, por exemplo, que A causou B, pode ser expresso como ‘João derrubou o celular’, mas não apresenta nenhuma razão para derivar uma necessidade dessa relação. Feitas as distinções entre determinação e Princípio Universal de Causação, passemos agora ao que Inwagen entende por determinação.

O que tem sido chamado de determinismo causal no interior do debate do compatibilismo nada mais é do que Princípio Universal de Causação, segundo o qual todo evento tem uma causa. Afirmar isso é diferente de dizer que um evento é determinado por outro e que se A ocorreu, B deve ocorrer. De acordo com o Princípio Universal de Causação, se A ocorreu, B, C ou D podem ocorrer, ou seja, uma causa pode gerar vários efeitos distintos e cada consequente não depende, necessariamente, de seu antecedente. Nesse sentido, O’Connor reforça:

Um tratamento satisfatório do conceito geral de causação deve reconhecer que seu núcleo, elemento primitivo é a “produzir” ou “trazer à tona” um efeito. Consequentemente, análises redutivas da causação na linha humana estão erradas. Se alguma dessas análises estiverem corretas, o projeto do teórico da agência de defender uma espécie de variante de causalidade colapsa imediatamente em incoerência. Tais análises redutivas estão ou comprometidas com uma conexão geral entre certos tipos de causas e efeitos ou equiparam a causação com uma forma de dependência contrafactual. Nenhuma abordagem é consistente com a afirmação da teoria da agência que uma relação causal pode obter entre um agente e algum evento interno para ele próprio, como não implica que o tipo de evento afetado em uma ocasião irá ou será sempre (ou mesmo geralmente) produzido em circunstâncias relevantes semelhantes (O’CONNOR, 2000, p. 68).

A citação acima expõe dois pontos que tentei aproximar neste artigo: a) que o elemento primordial da causalidade é produzir efeitos e isso não implica que os efeitos causados serão necessariamente determinados; e b) que os filósofos que tratam do problema do compatibilismo por vezes, questionavelmente, associam causalidade à determinação ao inferirem que do fato de todo evento ter uma causa, ele então é casualmente determinado, como expresso anteriormente, na associação das premissas três e quatro.

4. Considerações finais

Se é verdade, como afirmado no início, que o tema da causalidade exerce um papel preponderante na querela do compatibilismo, confrontar as principais posições nesse debate com os argumentos propostos por Anscombe não apenas constitui um ganho para a compreensão geral do debate, como também pode oferecer aspectos importantes para a avaliação das diversas posições no interior desse tema. Nas palavras de Clarke, “Se livre-arbítrio requer causação do agente, que é ontologicamente fundamental, então a metafísica da causação parece ser nosso melhor guia para saber se esse requisito é cumprido” (CLARKE, 2017, s/p).

Referências bibliográficas

ANSCOMBE, G. E. M. *Causality and Determination*. In: SOSA, E. and TOOLEY, M. **Causation**. Oxford University Press, 1993, pp. 88-104.

CLARKE, R. *Incompatibilism*. In: CLARKE, R. **Libertarian Accounts of Free Will**. New York: Oxford University Press, 2003, pp. 3-14.

_____. and CAPES, J. *Incompatibilist(Nondeterministic) Theories of Free Wil*. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Spring 2017 Edition). URL <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/incompatibilism-theories/>>. Acesso em: 05 de maio de 2017.

CAMPBELL, J.; O’ROURKE, M. and SHIER, D. *Freedom and Determinism: A Framework*. In: CAMPBELL, J.; O’ROURKE, M. and SHIER, D. **Freedom and Determinism**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 2004, pp. 1-18.

CHAPPELL, V. *Introduction*. In: CHAPPELL, V. **Hobbes and Bramhall on Liberty and Necessity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp. ix-xxiii.

FISCHER, J.; KANE, R.; PEREBOOM, D. and VARGAS, M. **Four Views on Free Will**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

FRANKFURT, H. *Alternate Possibilities and Moral Responsibility*. **The Journal of Philosophy**, Vol. 66, No. 23 (Dec. 4, 1969), pp. 829-839.

GARRETT, B. **Metafísica: conceitos-chave em filosofia**. Tradução: Felipe Elizalde. Porto Alegre: Artmed, 2008.

HARRIS, J. *Introduction from Locke to Dugald Stewart*. In: **Of Liberty and Necessity. The Free Will Debate in Eighteenth-Century British Philosophy**. New York: Oxford University Press, 2005, pp. 1-18.

_____. *Hume’s Reconciling Project*. In: **Of Liberty and Necessity. The Free Will Debate in Eighteenth-Century British Philosophy**. New York: Oxford University Press, 2005, pp. 64-86.

HOBART, R. E. *Free Will as Involving Determination and Inconceivable without it*. **Mind**. *A Quarterly Review of Psychology and Philosophy*. V. XLIII, N. 169. Jan. 1934, pp. 1-27.

HOBBS, T. **Leviatã, ou, Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Tradução: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz da Silva. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOEFER, C. *Causal Determinism*. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2016. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2016/entries/determinism-causal/>>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

HOOK, S. **Determinismo e Liberdade: Na Era da Ciência Moderna**. Tradução: Amália Machado Costa e Edilson Cunha. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

HUME, D. *Da Vontade e das Paixões Directas*. In: **Tratado da Natureza Humana**. Tradução: Serafim da Silva Fontes. Coimbra: Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 465-424.

_____. *Da liberdade e necessidade*. In: **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. Tradução: José de Almeida Marques. São Paulo: Unesp, 2003, pp. 119-146.

INWAGEN, P. *Lehrer on Determinism, Free Will, and Evidence*. **Philosophical Studies**, V. 23:5. 1972, pp. 351-357.

_____. **An Essay on Free Will**. New York: Clarendon Press – Oxford, 2002.

_____. *When is the Will Free?* **Philosophical Perspectives**, 3. Philosophy of Mind and Action Theory, 1989, pp. 399-410.

_____. *Some Thoughts on An Essay on Free Will*. **The Harvard Review of Philosophy**, V. XXII, 2015, pp. 16-30.

_____. *The Problem of Free Will*. **Oxford Scholarship Online**, 2016, pp. 1-26.

KANE, Robert. **The Oxford Handbook of Free Will**. New York: Oxford University Press, 2002.

_____. **A Contemporary Introduction to Free Will**. New York: Oxford University Press, 2005.

MCKENNA, M. and COATES, D. *Compatibilism*. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Winter 2016 Edition). URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/compatibilism/>>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

MELE, Alfred. *Causation, Action and Free Will*. In: BEEBEE, H.; HITCHCOCK, C. and MENZIES, P. (Org.). **The Oxford Handbook of Causation**. New York: Oxford University Press, 2009, pp. 486-502.

_____. **Free-will and Luck**. New York: Oxford University Press, 2013.

_____. **Free. Why science hasn't disproved free will**. New York: Oxford, 2014.

MORRIS, W. and BROWN, C. *David Hume*. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2017. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/hume/>. Acesso em: 18 de janeiro de 2018.

MUMFORD, S. *What is a cause?* In: **Metaphysics. A Very Short Introduction**. New York: Oxford University Press, 2012, pp. 44-54.

_____. and ANJUM, R. **Causation. A Very Short Introduction**. New York: Oxford University Press, 2013.

MOTA, J. **Dicionário de Filosofia**. Tomo 1. São Paulo: Edições Loyola, 2000, pp. 690-693.

O'CONNOR, T. *The Metaphysics of Free Will*. In: **Persons & Causes. The Metaphysics of Free Will**. New York: Oxford University Press, 2000, pp. 67-84.

_____. *Free Will*. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2016. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2016/entries/freewill/>>. Acesso em 22 de janeiro de 2017.

RUSSELL, P. *Hume on Free Will*. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/hume-freewill>. Acesso em 12 de dezembro de 2016.

SOSA, E. and TOOLEY, M. **Causation**. New York: Oxford University Press, 1993.

STRAWSON, G. *The Impossibility of Moral Responsibility*. **Philosophical Studies**, v. 75, n. 1/2, 1994, pp. 5-24.

_____. *Introduction*. In: STRAWSON, G. **Freedom and belief**. New York: Oxford University Press, 1986, pp. 1-20.